

Colégio  
00001Sala  
0001Ordem  
0001

Abril/2022

**PGE - Amazonas**

# 1º Concurso Público para Provimento de Cargos do Quadro de Pessoal Permanente Analista Procuratorial

Nome do Candidato

Caderno de Prova '01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA****Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Estudo de Caso**

## INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A tecnologia auxilia as pessoas em muitos momentos sobre diversos pontos.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os(as) candidatos(as), nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de 1 a 10.

1. *Quando me acontecer alguma pecúnia, passante de um milhão de cruzeiros, compro uma ilha; não muito longe do litoral, que o litoral faz falta; nem tão perto, também, que de lá possa eu aspirar a fumaça e a graxa do porto. Minha ilha ficará no justo ponto de latitude e longitude que, pondo-me a coberto de ventos, sereias e pestes, nem me afaste demasiado dos homens nem me obrigue a praticá-los diuturnamente. Porque esta é a ciência e, direi, a arte do bem viver; uma fuga relativa, e uma não muito estouvada confraternização.*
2. *De há muito sonho esta ilha, se é que não a sonhei sempre. Se é que a não sonhamos sempre. Objetais-me: “Como podemos amar as ilhas, se buscamos o centro mesmo da ação?” Engajados; vosso engajamento é a vossa ilha, dissimulada e transportável. Por onde fordes, ela irá convosco. Significa a evasão daquilo para que toda alma necessariamente tende, ou seja, a gratuidade dos gestos naturais, o cultivo das formas espontâneas, o gosto de ser um com os bichos, as espécies vegetais, os fenômenos atmosféricos.*
3. *E por que nos seduz a ilha? As composições de sombra e luz, o esmalte da relva, a cristalinidade dos regatos – tudo isso existe fora das ilhas, não é privilégio delas. A mesma solidão existe nos mais diversos locais, inclusive os de população densa, em terra firme.*
4. *A ilha me satisfaz por ser uma porção curta de terra (falo de ilhas individuais, não me tentam aventuras marajoaras), um resumo prático dos estirões deste vasto mundo, sem os inconvenientes dele, e com a vantagem de ser uma ficção sem deixar de constituir uma realidade. A casa junto ao mar, que já foi razoável delícia, passou a ser um pecado, depois que se desinventou a relação entre homem, paisagem e morada. O progresso técnico teve isto de retrógrado: esqueceu-se do fim a que se propusera. Acabou com qualquer veleidade de amar a vida, que ele tornou muito confortável, mas invisível. Fez-se numa escala de massas, esquecendo-se do indivíduo, e nenhuma central elétrica será capaz de produzir aquilo de que cada um de nós carece na cidade excessivamente iluminada: certa penumbra. O progresso nos dá tanta coisa, que não nos sobra nada nem para desejar nem para jogar fora. Tudo é inútil e atravancador. A ilha sugere uma negação disto.*
5. *Serão admitidos poetas? Em que número? Se foram proscritos das repúblicas, pareceria cruel bani-los também da ilha de recreio. Contudo, devem comportar-se como se poetas não fossem: pondo de lado o tecnicismo, a excessiva preocupação literária, o misto de esteticismo e frialdade que costuma necrosar os artistas. Sejam homens razoáveis, carentes, humildes, inclinados à pesca e à corrida a pé. Não levem para a ilha os problemas de hegemonia e ciúme.*
6. *Por aí se observa que a ilha mais paradisíaca pede regulamentação, e que os perigos da convivência urbana estão presentes. Tanto melhor, porque não se quer uma ilha perfeita, senão um modesto território banhado de água por todos os lados e onde não seja obrigatório salvar o mundo.*
7. *A ideia de fuga tem sido alvo de crítica severa nos últimos anos, como se fosse ignominioso, por exemplo, fugir de um perigo, de um sofrimento, de uma chateação. Como se devesse o homem consumir-se numa fogueira perene.*
8. *Estas reflexões descosidas procuram apenas recordar que há motivos para ir às ilhas.*

(ANDRADE, Carlos Drummond de. “Divagação sobre as ilhas”. In: **Passeios na ilha**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p.15-19)

1. *Porque esta é a ciência e, direi, a arte do bem viver (1º parágrafo).*

A afirmação acima refere-se

- (A) à manifestação de solidariedade entre as pessoas em momentos de crise, que permite inferir que nenhum homem pode se isolar em si mesmo tal qual uma ilha.
- (B) ao inevitável refúgio mental, em uma ilha simbólica, quando se está diante de discordâncias ideológicas a serem apaziguadas.
- (C) à melancolia do sujeito que vê tolhido o desejo de pertencer a uma coletividade, como se estivesse isolado em uma ilha.
- (D) à desejável situação de se habitar uma ilha em que fosse possível manter o convívio com os homens, mas também certo distanciamento.
- (E) ao anseio que tem o ser humano, dada sua natureza insular, de se desprender de obrigações impostas pelo convívio em sociedade.



2. No trecho *Objetais-me: "Como podemos amar as ilhas, se buscamos o centro mesmo da ação?"* (2º parágrafo), o autor
- (A) introduz um argumento que, embora seja de senso comum, sintetiza a tese defendida no texto.
  - (B) apresenta um contra-argumento a uma ideia já exposta, a fim de refutá-lo.
  - (C) expõe uma ressalva a fim de considerar os dois lados de uma mesma questão.
  - (D) cria um falso dilema para reforçar de modo irônico a tese a ser defendida.
  - (E) contesta uma ideia apresentada antes, assinalando a razão lógica para que se discorde dela.
- 
3. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada em:
- (A) *Não levem para a ilha os problemas de hegemonia e ciúme* (5º parágrafo).
  - (B) *Significa a evasão daquilo para que toda alma necessariamente tende* (2º parágrafo).
  - (C) *esqueceu-se do fim a que se propusera* (4º parágrafo).
  - (D) *E por que nos seduz a ilha?* (3º parágrafo).
  - (E) *Se é que a não sonhamos sempre* (2º parágrafo).
- 
4. Emprega-se a vírgula para separar os elementos de uma enumeração no seguinte trecho:
- (A) *Se foram proscritos das repúblicas, pareceria cruel bani-los também da ilha de recreio* (5º parágrafo).
  - (B) *Quando me acontecer alguma pecúnia, passante de um milhão de cruzeiros, compro uma ilha* (1º parágrafo).
  - (C) *o cultivo das formas espontâneas, o gosto de ser um com os bichos, as espécies vegetais, os fenômenos atmosféricos.* (2º parágrafo)
  - (D) *Tanto melhor, porque não se quer uma ilha perfeita, senão um modesto território banhado de água por todos os lados.* (6º parágrafo)
  - (E) *falo de ilhas individuais, não me tentam aventuras marajoaras* (4º parágrafo).
- 
5. O autor recorre a um aparente paradoxo no seguinte trecho:
- (A) *ser uma ficção sem deixar de constituir uma realidade* (4º parágrafo).
  - (B) *Significa a evasão daquilo para que toda alma necessariamente tende* (2º parágrafo).
  - (C) *devem comportar-se como se poetas não fossem* (5º parágrafo).
  - (D) *Não levem para a ilha os problemas de hegemonia e ciúme* (5º parágrafo).
  - (E) *A mesma solidão existe nos mais diversos locais* (3º parágrafo).
- 
6. Está empregado em sentido figurado o termo sublinhado em:
- (A) *Estas reflexões descosidas procuram apenas recordar que há motivos para ir às ilhas* (8º parágrafo).
  - (B) *uma fuga relativa, e uma não muito estouvada confraternização* (1º parágrafo).
  - (C) *As composições de sombra e luz, o esmalte da relva, a cristalinidade dos regatos* (3º parágrafo).
  - (D) *Acabou com qualquer veleidade de amar a vida* (4º parágrafo).
  - (E) *Por aí se observa que a ilha mais paradisíaca pede regulamentação* (6º parágrafo).
- 
7. O autor
- (A) emprega, preponderantemente, no 5º parágrafo, o presente do subjuntivo, para dar caráter hipotético às questões levantadas.
  - (B) usa o verbo "acontecer" (1º parágrafo) com a mesma acepção que se verifica em "Sempre foi péssima atriz, mas aconteceu quando foi capa de revista".
  - (C) recorre à adjetivação em "As composições de sombra e luz, o esmalte da relva, a cristalinidade dos regatos" (3º parágrafo) a fim de tornar bucólico o cenário da ilha de que trata no texto.
  - (D) prioriza a ordem indireta das frases que compõem o 2º parágrafo do texto.
  - (E) atribui valor possessivo ao pronome "me" no trecho "Quando me acontecer alguma pecúnia, passante de um milhão de cruzeiros, compro uma ilha" (1º parágrafo).
- 
8. *Tudo é inútil e travancador* (4º parágrafo).
- O termo sublinhado acima exerce, no contexto, a mesma função sintática do que se encontra também sublinhado em:
- (A) *A ideia de fuga tem sido alvo de crítica severa nos últimos anos* (7º parágrafo).
  - (B) *A casa junto ao mar, que já foi razoável delícia* (4º parágrafo).
  - (C) *nenhuma central elétrica será capaz de produzir aquilo de que cada um de nós carece na cidade excessivamente iluminada* (7º parágrafo).
  - (D) *senão um modesto território banhado de água por todos os lados e onde não seja obrigatório salvar o mundo* (6º parágrafo).
  - (E) *Como se devesse o homem consumir-se numa fogueira perene* (7º parágrafo).



9. O progresso nos dá tanta coisa, que não nos sobra nada nem para desejar nem para jogar fora. (4º parágrafo)

Em relação ao que foi dito na oração principal, o termo sublinhado acima introduz uma

- (A) condição.
- (B) causa.
- (C) consequência.
- (D) oposição.
- (E) comparação.

10. Está correta a **redação** deste livre comentário:

- (A) Em determinado tempo histórico, chegaram a receber crítica contundente aqueles que manifestavam o desejo de fugir da realidade.
- (B) Há cidades excessivamente iluminadas nas quais não se oferecem certa penumbra, algo com que todos nós ocasionalmente ansiamos.
- (C) É prudente e desejável, que não se carregue em uma suposta viagem para uma ilha paradisíaca problemas de hegemonia e ciúme.
- (D) Desfavorece a produção artística as excessivas preocupações formais e estéticas, especialmente quando aliadas a certa insensibilidade.
- (E) Para alguns uma vez que passou por avançado crescimento, as cidades litorâneas deixaram de representar um desejável refúgio.

#### Raciocínio Lógico-Matemático

11. Se escrevermos os números inteiros de 0 a 100, o número de vezes que aparecerá o algarismo 7 é:

- (A) 10
- (B) 11
- (C) 21
- (D) 19
- (E) 20

12. Carlos deve preencher com números os quatro retângulos de modo a tornar todas as sentenças verdadeiras.

$$\begin{array}{rcc} \square & + & \square = 15 \\ + & & + \\ \square & - & \square = 2 \\ \parallel & & \parallel \\ 17 & & 16 \end{array}$$

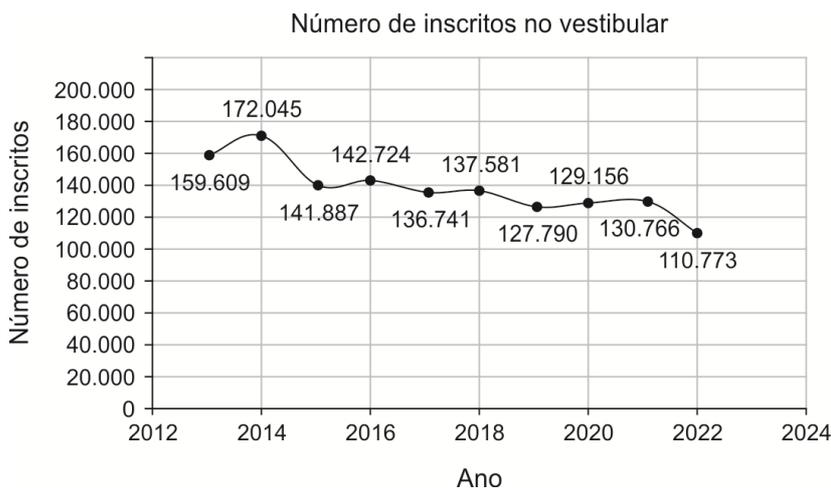
A soma dos valores a serem preenchidos é:

- (A) 34
- (B) 32
- (C) 31
- (D) 33
- (E) 35



13. Quatro irmãos, Ana, Bruno, Caio e Diva ganharam, juntos, 20 bolinhas de gude. Eles dividiram as bolinhas da seguinte forma: Ana foi quem ganhou mais bolinhas, Bruno ganhou uma bolinha a menos do que Ana, Caio foi o que ganhou menos bolinhas e Diva ganhou uma bolinha a mais do que Caio. Todos os irmãos ficaram com quantidades distintas de bolinhas e cada um ganhou pelo menos 3 bolinhas. O número de bolinhas de Ana e Bruno juntos é:
- (A) 13  
(B) 11  
(C) 12  
(D) 14  
(E) 15
14. Uma ginasta executa três vezes uma determinada prova. Suas notas, na primeira e segunda tentativas foram, respectivamente, metade e dois terços da nota da terceira tentativa. A média aritmética das notas das três tentativas foi de 32,5 pontos. A nota da primeira prova foi
- (A) 20,5 pontos.  
(B) 30,0 pontos.  
(C) 22,5 pontos.  
(D) 45,0 pontos.  
(E) 20,0 pontos.

15. O gráfico a seguir apresenta o número de inscritos em um determinado vestibular nos últimos 10 anos.



A partir das informações contidas no gráfico, é correto afirmar:

- (A) O número de inscritos está crescendo nos últimos 10 anos.  
(B) A queda no número de inscritos ocorre devido à diminuição de matrículas no ensino médio.  
(C) A média aritmética do número de inscritos nos últimos 10 anos foi de 170.545.  
(D) A mediana do número de inscritos está abaixo de 140.000.  
(E) Se excluirmos o número de inscritos em 2022, a nova média aritmética do número de inscritos diminuiria em relação à média aritmética dos últimos 10 anos.

#### Noções de Informática

16. Em uma rede, os computadores são endereçados usando o protocolo IP, que possui duas versões: IPv4 e IPv6. Um endereço IPv6 que pode ser considerado válido para um computador é:
- (A) 2804:431:cfe0:f4de:c5hb:b49c:6die:8ccf  
(B) 192.168.15.7  
(C) 2804:431:cfe0:f4de:3d78:2a37:3bae:7c3f  
(D) fe80::b8fn:62a4:8716:455  
(E) 192.168.246.55



17. Em um *pen drive* foi encontrado um arquivo chamado `PGEAM121.zip`, com tamanho em disco de 13.656.064 *bytes*. Trata-se de um arquivo
- (A) compactado de aproximadamente 13,0 MB.
  - (B) otimizado de aproximadamente 13,0 KB.
  - (C) de programa de aproximadamente 13,5 MB.
  - (D) de sistema de aproximadamente 13,5 KB.
  - (E) compactado de aproximadamente 13,0 GB.

18. Considere a planilha abaixo criada no Microsoft Excel 2010, em português.

	A	B	C	D
1		Saldo Anterior		R\$ 1.250,00
2		Entradas	Saídas	Saldo
3	Janeiro	R\$ 1.250,00	R\$ 60,00	R\$ 1.190,00
4	Fevereiro	R\$ 970,00	R\$ 0,00	R\$ 2.160,00
5	Março	R\$ 679,00	R\$ 400,00	R\$ 2.439,00
6	Abril	R\$ 345,00	R\$ 190,00	R\$ 2.594,00
7	Maio	R\$ 178,00	R\$ 30,00	R\$ 2.742,00
8	Junho	R\$ 672,00	R\$ 1.765,00	R\$ 1.649,00
9				
10	Saldo Abril	R\$ 2.594,00		

A função correta usada na célula B10 para mostrar o saldo do mês de Abril (R\$ 2.594,00) é

- (A) `=VLOOKUP(A6;A3:D8;3;TRUE)`
  - (B) `=VSLOOKUP(A6;A3:D8;4;FALSO)`
  - (C) `=PROCV(A6;A3:D8;3;TRUE)`
  - (D) `=HLOOKUP(A6;A3:D8;4;FALSO)`
  - (E) `=PROCV(A6;A3:D8;4;FALSO)`
19. No navegador Google Chrome, no campo de busca da página da Google, para buscar pela palavra *Amazonas* em sites `.gov` utiliza-se a instrução de busca (*dork*)
- (A) `inuri:.gov "Amazonas"`
  - (B) `site:.gov "Amazonas"`
  - (C) `inurl:[site].gov "Amazonas"`
  - (D) `intext:.gov.* "Amazonas"`
  - (E) `[~site][.]gov "Amazonas"`
20. Uma empresa contratou uma solução de computação em nuvem composta por um grupo de aplicativos executados diretamente no ambiente virtual, no qual usuários podem acessar *e-mails* e aplicativos de escritório a partir de uma interface disponibilizada na *web*. As características apresentadas permitem concluir que se trata de solução presente na camada mais externa da nuvem, sendo uma solução do tipo
- (A) Infraestrutura como Serviço (IaaS).
  - (B) *Software* como Serviço (SaaS).
  - (C) Plataforma como Serviço (PaaS).
  - (D) Tecnologia da Informação como Serviço (ITaaS).
  - (E) Aplicativos de Escritório como Serviço (OaaS).

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Lei ordinária federal autoriza que o trabalho do preso seja remunerado com observância de um patamar mínimo de três quartos do salário mínimo, impondo paralelamente ao Estado deveres de prestação material em relação ao interno, a fim de garantir o atendimento de todas as suas carências básicas, e concedendo ao preso o benefício da remição da pena, na proporção de um dia de redução da sanção criminal para cada três dias de trabalho. À luz da disciplina constitucional pertinente e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, referida previsão legal é
- (A) incompatível com a Constituição Federal, sob o aspecto formal, ao dispor sobre matéria sujeita à lei complementar, embora não haja inconstitucionalidade sob o ponto de vista material no tratamento diferenciado entre a remuneração do trabalho do preso e a dos trabalhadores urbanos e rurais em geral.
  - (B) incompatível com a Constituição Federal, sob o aspecto material, por violar o princípio da igualdade, ao estabelecer tratamento diferenciado entre a remuneração do trabalho do preso e a dos trabalhadores urbanos e rurais em geral.
  - (C) incompatível com a Constituição Federal, sob o aspecto material, uma vez que viola a norma que assegura a todos os trabalhadores salário mínimo fixado em lei, bem como a que veda expressamente a vinculação do salário mínimo para qualquer fim.
  - (D) compatível com a Constituição Federal, sob os aspectos formal e material.
  - (E) incompatível com a Constituição Federal, sob o aspecto formal, ao invadir a competência suplementar dos Estados-membros em matéria de competência legislativa concorrente, embora não haja inconstitucionalidade sob o ponto de vista material no tratamento diferenciado entre a remuneração do trabalho do preso e a dos trabalhadores urbanos e rurais em geral.

22. Em determinado Estado da federação, o Tribunal de Justiça local pretende promover uma reorganização com vistas a obter melhorias na prestação do serviço jurisdicional, por meio das seguintes medidas:

- I. criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias, com vistas a dirimir conflitos fundiários.
- II. criação da Justiça militar estadual, constituída, em primeiro grau, por juízes de direito e Conselhos de Justiça e, em segundo grau, por Tribunal de Justiça militar.
- III. atribuição aos juízes de direito de competência para processar e julgar causas de competência da Justiça Federal em que forem partes instituição de previdência social e segurados, quando a comarca do domicílio do segurado não for sede de vara federal.

À luz da Constituição Federal, dependerá de lei de iniciativa do Tribunal de Justiça a adoção do quanto referido em

- (A) II, independentemente do efetivo militar estadual; as medidas referidas em I e III refogem à competência legislativa estadual.
- (B) I e, desde que o efetivo militar seja superior a 20 mil integrantes, II; a medida referida em III refoge à competência legislativa estadual.
- (C) I e, desde que o efetivo militar seja superior a 20 mil integrantes, II; a medida referida em III independe de previsão legal.
- (D) II, desde que o efetivo militar seja superior a 20 mil integrantes; a medida referida em I depende de lei de iniciativa privativa do Governador do Estado e a referida em III independe de previsão legal.
- (E) III; as medidas referidas em I e II dependem de lei de iniciativa privativa do Governador do Estado.

23. O Ministério Público ajuizou ação civil pública com vistas a anular a nomeação de servidores aprovados em concurso público, beneficiados por regra do edital segundo a qual, conforme previsto em lei estadual, o critério de desempate dava preferência a candidatos que pertencessem aos quadros de servidores públicos do Estado. O pedido foi fundamentado na inconstitucionalidade material da lei estadual na qual baseada a regra de desempate contida no edital. Nessa hipótese, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a ação civil pública é

- (A) inadmissível, sendo ainda improcedente, no mérito, a alegação de inconstitucionalidade da lei estadual.
- (B) inadmissível, embora seja procedente, no mérito, a alegação de inconstitucionalidade da lei estadual.
- (C) admissível, sendo ainda procedente, no mérito, a alegação de inconstitucionalidade da lei estadual.
- (D) admissível, embora seja improcedente, no mérito, a alegação de inconstitucionalidade da lei estadual.
- (E) instrumento adequado para o fim pretendido, embora não tenha o Ministério Público legitimidade para a sua propositura, diante da natureza individual dos direitos objeto de tutela.



24. Determinado Estado da federação editou leis visando à tutela dos consumidores na relação com as instituições financeiras, determinando: (1) a proibição da realização, por essas instituições, de publicidade ou atividade de convencimento de aposentados e pensionistas para a contratação de empréstimos; e (2) a obrigação de agências e postos bancários instalarem divisórias entre caixas e o espaço reservado para clientes que aguardam atendimento. Partido político com representação no Congresso Nacional, mas não na Assembleia Legislativa do Estado, ajuizou, perante o Supremo Tribunal Federal, ação direta de inconstitucionalidade em face de ambas as leis. Nessa hipótese, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, referida ação direta é
- (A) admissível e, no mérito, procedente em relação a ambas as leis, por violação à competência privativa da União para legislar sobre direito civil e comercial.
  - (B) admissível, mas, no mérito, procedente apenas em relação à lei que proíbe a realização de publicidade pelas instituições financeiras, por violação à competência privativa da União para legislar sobre propaganda comercial.
  - (C) admissível, mas, no mérito, procedente apenas em relação à lei que obriga a instalação de divisórias em agências e postos bancários, por violação à competência dos Municípios para legislar sobre assunto de interesse local.
  - (D) admissível, mas, no mérito, improcedente em relação a ambas as leis, que consubstanciam exercícios legítimos de competência legislativa concorrente do Estado.
  - (E) inadmissível, por ilegitimidade do partido para sua propositura, embora, no mérito, seja procedente em relação a ambas as leis, por violação à competência da União para editar normas gerais em matéria de responsabilidade por dano ao consumidor.
- 
25. A Assembleia Legislativa de determinado Estado aprovou, e o Governador sancionou, projeto de lei de iniciativa de Deputado Estadual estabelecendo que as atividades de acompanhamento de disciplinas ofertadas na modalidade de ensino à distância, nas escolas públicas estaduais, deverão ser realizadas por professores contratados para esse fim, com carga horária específica para atividades presenciais e à distância e remuneração equivalente à dos professores dedicados com exclusividade a atividades presenciais. Diante da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a lei daí resultante
- (A) não padece de inconstitucionalidade, pois, embora discipline matéria de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo, a sanção governamental convalidou o vício de origem.
  - (B) padece de inconstitucionalidade, por disciplinar matéria de competência legislativa privativa da União, não se prestando a sanção governamental a convalidar vício atinente à repartição de competências entre os entes da federação.
  - (C) não padecerá de inconstitucionalidade, desde que a Constituição estadual contemple previsão no sentido de que a sanção governamental convalida eventual vício de iniciativa em projeto de lei que disponha sobre matéria de iniciativa privativa do Governador do Estado.
  - (D) não padece de inconstitucionalidade, pois não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos.
  - (E) padece de inconstitucionalidade, por disciplinar matéria de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo, regra constitucional de reprodução e observância obrigatória no âmbito do processo legislativo estadual.

#### Direito Administrativo

26. A propósito do processo administrativo, a Lei Estadual nº 2.794/2003 estatui que
- (A) não pode ser objeto de delegação a competência para a edição de atos de caráter normativo.
  - (B) os atos administrativos serão motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, vedada a remissão a fundamentos de atos anteriores do processo.
  - (C) a anulação de atos inválidos em face de particulares de boa-fé está sujeita a prazo decadencial de dez anos.
  - (D) é impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.
  - (E) das decisões proferidas pelos dirigentes superiores das entidades da Administração descentralizada não caberá recurso, mas apenas pedido de reconsideração.
- 
27. O Estado pretende constituir uma parceria público-privada, para fins de promover o acesso de internet de alta velocidade, por cabos de fibra ótica, às escolas da rede estadual de ensino. O projeto prevê a necessidade de que o cabeamento passe por meio de dutos subterrâneos em diversos terrenos particulares, devendo o parceiro privado assumir o ônus econômico-financeiro dessa infraestrutura e os serviços dela decorrentes, cabendo-lhe, também, adotar as medidas administrativas e judiciais necessárias para sua efetivação em face dos proprietários. Nos termos da legislação aplicável, tal solução
- (A) não é viável, porque particulares não podem expropriar ou promover a constituição de servidão administrativa em face de outros particulares.
  - (B) é viável, desde que o parceiro privado se encarregue de declarar a utilidade pública para fins de desapropriação dos terrenos.
  - (C) não é viável, pois parcerias público-privadas não são instrumentos adequados para viabilizar a instalação de infraestrutura, tais como os equipamentos citados.
  - (D) é viável, desde que haja autorização legislativa da União, haja vista a competência privativa federal em legislar sobre desapropriação.
  - (E) é viável, desde que haja declaração, pelo Estado, de utilidade pública dos terrenos, para fins de constituição de servidão administrativa e previsão no edital e no contrato quanto à responsabilidade do parceiro privado pelas intervenções.



28. Determinado terreno, situado em área rural, está na posse de particulares que desejam obter um título que lhes regularize a situação no âmbito de processo administrativo de legitimação de posses, de iniciativa da Administração Pública. Dada a incerteza dominial referente aos referidos terrenos, que, ao que tudo indica, têm natureza de terras devolutas, o Poder Público deverá ajuizar ação
- (A) reivindicatória.
  - (B) legitimatória.
  - (C) demarcatória.
  - (D) discriminatória.
  - (E) reipersecutória.
- 
29. Camilo e Eça são servidores na mesma repartição estadual, com a diferença de que Camilo ocupa cargo em comissão, enquanto Eça é servidor admitido nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal. Embora seus vínculos sejam de natureza distinta, é correto afirmar que ambos
- (A) podem alcançar a estabilidade funcional, desde que permaneçam por pelo menos cinco anos em exercício ininterrupto.
  - (B) possuem vínculo de natureza contratual com a Administração Pública Estadual.
  - (C) estão vinculados ao mesmo regime previdenciário.
  - (D) tiveram de se submeter a processo seletivo simplificado para serem admitidos.
  - (E) recolhem contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- 
30. Um cidadão comparece à repartição pública estadual, vestido com a camisa do time de futebol de que é torcedor, para solicitar a emissão de uma certidão para exercício de seus direitos. O servidor que deveria atendê-lo, aficionado pelo time rival, que acabara de sofrer derrota, recusa-se a emitir a certidão dizendo, agressivamente: *Não vou emitir a certidão, porque eu não atendo canalhas e vagabundos torcedores desse time de bandidos.* Diante de tais fatos,
- (A) o cidadão poderá processar o servidor civilmente, pleiteando os danos materiais e morais decorrentes da conduta, dado o caráter pessoal da ofensa.
  - (B) em relação à ofensa verbal, é cabível a propositura de ação penal privada pelo cidadão; mas, no âmbito civil, ele deverá promover a responsabilização do ente público, não cabendo a responsabilização direta do servidor.
  - (C) caberá ao Ministério Público denunciar o servidor, visto que tanto a recusa em praticar o ato quanto a ofensa verbal praticada no exercício da função pública são fatos típicos que ensejam ação penal pública.
  - (D) não cabe responsabilização penal do servidor, dada a atipicidade das condutas; mas o servidor responderá de forma regressiva, caso o cidadão ajuíze ação civil contra o ente público.
  - (E) o cidadão poderá propor ação penal privada, tanto em relação à recusa em praticar o ato quanto em relação à ofensa verbal sofrida, em vista do concurso de crimes.

#### Direito Civil

31. A Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa pretende contratar uma empresa para fornecer cartões de combustível para sua frota. O contratante será
- (A) a Secretaria.
  - (B) o Titular da Pasta.
  - (C) o Estado do Amazonas.
  - (D) o Chefe do Poder Executivo.
  - (E) o Chefe de Gabinete da Pasta.
- 
32. Uma escola pública foi invadida por um grupo de vinte homens maiores e capazes. A Administração Pública
- (A) deverá ingressar com uma ação de reintegração de posse.
  - (B) poderá restituir-se na posse por força própria, desde que o faça logo e sem abuso.
  - (C) deverá ingressar com uma ação reivindicatória.
  - (D) deverá ajuizar uma cautelar de produção antecipada de prova.
  - (E) deverá garantir a realocação dos invasores em programa de habitação social.
- 
33. O Estado do Amazonas recebeu em doação da iniciativa privada a execução de um projeto de iluminação em uma ciclovia presente em parque urbano de lazer estadual. A doação possui uma cláusula que a condiciona a uma aprovação futura da agência reguladora federal, sendo a relação regida por comodato até a efetivação do evento futuro e incerto. A cláusula
- (A) impõe um termo inicial ao contrato de doação.
  - (B) traz um encargo para o contrato de doação.
  - (C) estabelece uma condição suspensiva no contrato de doação.
  - (D) estabelece uma condição resolutiva no contrato de doação.
  - (E) é nula.

**Direito Processual Civil**

34. A tutela provisória
- (A) pode ser requerida em caráter incidental, e, nesta hipótese, não necessita do pagamento de custas.
  - (B) será concedida apenas se demonstrado perigo de dano irreversível à parte ou ao processo.
  - (C) não pode ser modificada pelo juiz que a concedeu.
  - (D) não está sujeita a recurso.
  - (E) deve ser pleiteada sempre ao juízo de primeira instância.
- 
35. De acordo com o Código de Processo Civil, a petição inicial será indeferida se
- (A) depois de intimado a emendá-la o autor não cumprir a diligência determinada pelo Juiz.
  - (B) não indicar o endereço do réu, ainda que seja possível citá-lo.
  - (C) tiver sido distribuída a juízo relativamente incompetente.
  - (D) tiver sido distribuída a juízo absolutamente incompetente.
  - (E) o autor demandar quantia ilíquida.
- 
36. O juiz não resolverá o mérito quando
- (A) homologar transação.
  - (B) acolher alegação de prescrição.
  - (C) acolher alegação de decadência.
  - (D) homologar a desistência.
  - (E) reconhecer a improcedência do pedido.
- 
37. O cumprimento de sentença que reconhece o dever de pagar quantia certa
- (A) far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de dez dias, acrescido de custas, se houver.
  - (B) é iniciado de ofício, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de dez dias, acrescido de custas, se houver.
  - (C) será realizado sempre perante o juízo de primeira instância, inclusive nas causas de competência originária dos tribunais.
  - (D) só pode ter início depois do trânsito em julgado da sentença condenatória, não se admitindo o cumprimento provisório.
  - (E) far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de quinze dias, acrescido de custas, se houver.
- 
38. Analise as proposições abaixo, acerca da prova:
- I. O Juiz que tiver conhecimentos técnicos poderá dispensar a indicação de perito e conduzir, ele próprio, a prova pericial.
  - II. É vedado ao juiz admitir o depoimento de testemunhas menores, impedidas ou suspeitas.
  - III. A inspeção judicial pode ser determinada de ofício.
  - IV. As partes podem, a qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
  - (B) II e IV.
  - (C) I e III.
  - (D) I e II.
  - (E) III e IV.

**Direito do Trabalho**

39. Sócrates laborou na empresa Morro dos Ventos Uivantes Ltda., de 2015 a 2020, tendo sido dispensado em virtude da pandemia de Covid-19, quando a empresa experimentou enorme queda no seu faturamento. Com o fechamento da empresa, Sócrates pretende ingressar com reclamatória trabalhista, mas desconhece o paradeiro dos atuais sócios, só possuindo o endereço do sócio Arquimedes, que se retirou da empresa. Com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, Arquimedes responderá de forma
- (A) solidária pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.
  - (B) subsidiária pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até cinco anos depois de averbada a modificação do contrato.
  - (C) subsidiária pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.
  - (D) solidária pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até cinco anos depois de averbada a modificação do contrato.
  - (E) subsidiária pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até um ano depois de averbada a modificação do contrato.



40. Com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho acerca do contrato de trabalho intermitente considere:
- I. O empregador convocará, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, com, pelo menos, 48 horas de antecedência.
  - II. Recebida a convocação, o empregado terá o prazo de um dia útil para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa.
  - III. Aceita a oferta para o comparecimento ao trabalho, a parte que descumprir, sem justo motivo, pagará à outra parte, no prazo de trinta dias, multa de 50% (cinquenta por cento) da remuneração que seria devida, vedada a compensação.
  - IV. O contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
  - (B) II e IV.
  - (C) I e III.
  - (D) I, III e IV.
  - (E) I e II.
- 
41. Hipócrates é empregado da empresa Sol Nascente Energia Ltda., cuja sede fica em local de difícil acesso, não havendo transporte público regular. À luz do que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, o tempo despendido pelo empregado da sua residência até local de trabalho e o seu retorno
- (A) será computado na sua jornada de trabalho, desde que o empregador forneça o transporte, apenas o que exceder de uma hora.
  - (B) não será computado na sua jornada de trabalho, salvo na hipótese do empregador fornecer o transporte, sendo que nessa situação será considerado tempo à disposição do empregador.
  - (C) não será computado na sua jornada de trabalho, ainda que o empregador forneça o transporte, por não ser considerado tempo à disposição do empregador.
  - (D) não será computado na sua jornada de trabalho, ainda que o empregador forneça o transporte, por não ser considerado tempo à disposição do empregador, até o limite de duas horas.
  - (E) será computado na sua jornada de trabalho, desde que o empregador forneça o transporte, apenas o que exceder de duas horas.
- 
42. Tales é empregado do Posto de Combustíveis Para Todos Ltda., laborando na função de frentista, operando diretamente bomba de combustível. Dispensado pelo referido empregador, Tales ingressa com reclamação trabalhista, para cobrar direitos que entende ser credor de seu ex-empregador. Nessa situação, Tales faz jus a adicional de
- (A) periculosidade à base de 30% sobre o salário mínimo regional, desde que reconhecido por perícia técnica realizada por engenheiro de segurança do trabalho.
  - (B) insalubridade, à base de 20% sobre o total de remuneração, incluindo salário básico e adicionais salariais que integram a remuneração para todos os efeitos.
  - (C) penosidade à base de 30% sobre o total de remuneração, incluindo salário básico e adicionais salariais que integram a remuneração para todos os efeitos.
  - (D) insalubridade, à base de 30% sobre o salário básico, desde que reconhecido por perícia técnica realizada por engenheiro de segurança do trabalho.
  - (E) periculosidade à base de 30% sobre o salário básico, sendo desnecessária a realização de perícia técnica na hipótese, conforme jurisprudência sumulada do TST.

#### Direito Tributário

43. Joãozinho, menor impúbere, vende e remete grande quantidade de produtos ilícitos na internet recebendo os valores correspondentes. Joãozinho mora com a sua mãe Célia, divorciada de José, pai de Joãozinho. Célia é guardiã do menor. Após um tempo, o Fisco toma ciência das operações e pretende cobrar os tributos incidentes. Nos termos do Código Tributário Nacional, o tributo correspondente à operação é
- (A) indevido, por ser a atividade de Joãozinho ilícita.
  - (B) indevido, por ser Joãozinho menor impúbere.
  - (C) devido, mas somente pode ser cobrado de Joãozinho.
  - (D) devido, podendo ser cobrado de Joãozinho, Célia e José, se Joãozinho não tiver patrimônio suficiente e desde que seja configurada ação ou omissão do responsável.
  - (E) devido, mas somente de Joãozinho e Célia, que tem a guarda de Joãozinho.
- 
44. A interpretação jurídica é tema clássico e sempre atual no estudo do Direito. Nos termos expressos no Código Tributário Nacional, a lei tributária que
- (A) outorga isenção deve ter interpretação literal.
  - (B) cria obrigações acessórias deve ter interpretação favorável ao contribuinte.
  - (C) concede remissão deve ter interpretação extensiva.
  - (D) cria tributo não pode ser interpretada por equidade.
  - (E) dispensa tributo admite ampliação por interpretação analógica.



45. O principal instrumento judicial de cobrança de dívidas pela Fazenda Pública é a ação de execução fiscal, regulamentada pela Lei Federal nº 6.830/1980. Nos termos dessa lei:
- (A) o devedor pode-se valer da impugnação para discutir o débito, em prazo contado da citação.
  - (B) contra a sentença de primeira instância é cabível a interposição de apelação ou embargos infringentes, a depender do valor da execução, e embargos de declaração.
  - (C) embargos à execução devem ser conhecidos ainda que não garantido o débito.
  - (D) é incabível a substituição de penhora de imóvel de grande valor por seguro-garantia.
  - (E) a indicação de bem à penhora pelo devedor prescinde de anuência expressa do cônjuge.
- 
46. O princípio da anterioridade nonagesimal foi instituído, como regra, pela Emenda Constitucional nº 42/2003. Nos termos da Constituição Federal, é exceção ao princípio da anterioridade nonagesimal a majoração
- (A) dos impostos sobre produtos industrializados, importação e exportação.
  - (B) da base de cálculo do imposto sobre propriedade de veículos automotores e da alíquota do imposto sobre importação.
  - (C) da alíquota do imposto predial territorial urbano e somente da base de cálculo do imposto sobre operações financeiras.
  - (D) do empréstimo compulsório instituído para atender despesas extraordinárias provenientes de guerra e da alíquota do imposto sobre produtos industrializados.
  - (E) das bases de cálculo do imposto sobre propriedade predial urbana e imposto sobre propriedade territorial rural.
- 
47. As regras da aplicação da legislação tributária no tempo constituem importantes garantias dos contribuintes. A respeito do tema, nos termos expressos no Código Tributário Nacional, é correto afirmar:
- (A) A extinção de previsão normativa de tributo por lei nova constitui remissão do crédito tributário.
  - (B) A majoração do tributo aplica-se a fatos pretéritos, desde que haja previsão expressa.
  - (C) A lei que tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização ou amplie poderes de investigação das autoridades é aplicável ao lançamento, ainda que vigente somente posteriormente à ocorrência do fato gerador.
  - (D) A extinção de obrigação acessória torna indevida multa aplicada pelo seu descumprimento, em razão da retroatividade da lei mais benéfica, em qualquer caso.
  - (E) O despacho que concede anistia, em caráter individual, gera direito adquirido, não podendo ser revogado por decisão administrativa posterior.

#### Direito Financeiro

48. O respeito à legalidade e ao processo legislativo é mandamento basilar no Estado de Direito. No Direito Financeiro, a legalidade adquire especificidades, em razão da sua aplicação. A respeito do tema, é correto afirmar que
- (A) é vedada medida provisória em tema de direito orçamentário.
  - (B) é vedada abertura de crédito suplementar mediante decreto.
  - (C) a Lei Orçamentária Anual é lei materialmente complementar.
  - (D) a Lei Orçamentária Anual é lei formalmente ordinária e tem tramitação legislativa diferenciada.
  - (E) o Plano Plurianual é lei formalmente complementar.
- 
49. A atividade do Estado é custeada, em maior parte, por recursos provenientes da sociedade arrecadados por tributos. Em um Estado Federal, como o brasileiro, o produto da arrecadação é dividido entre os diversos entes da Federação. Nesse contexto, pertence aos Estados-Membros, de acordo com a Constituição Federal,
- (A) 100% da arrecadação do imposto de renda retido na fonte dos rendimentos pagos por eles aos servidores públicos estaduais, inclusive de autarquias.
  - (B) 20% da arrecadação do imposto sobre serviços de qualquer natureza de seus municípios.
  - (C) 25% da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados provenientes de seus territórios.
  - (D) 35% da arrecadação do imposto sobre exportações provenientes de seus territórios.
  - (E) 80% da arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- 
50. O respeito ao princípio do equilíbrio orçamentário é busca constante no Direito Financeiro. No Brasil, a Lei de Responsabilidade Fiscal é marco fundamental nesse tema, pois estabelece uma série de regras que tentam evitar gastos que possam colocar em risco a saúde das contas públicas. Assim, a Lei de Responsabilidade Fiscal veda expressamente
- (A) a implantação de adicionais por tempo de serviço a funcionários públicos, sem a avaliação de desempenho satisfatório.
  - (B) o aumento de despesas com pessoal, em caso de diminuição da arrecadação.
  - (C) a previsão em lei orçamentária de dotação de investimento com duração com mais de um exercício financeiro, em qualquer caso.
  - (D) a concessão de reajuste a servidores públicos, em caso de pandemia declarada.
  - (E) o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular eletivo de Poder, inclusive Legislativo.



**PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO**

**Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 9: [...] 9.2 A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de 01 (uma) questão prática, para a qual o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. Os temas versarão sobre conteúdo pertinente a Conhecimentos Específicos, conforme programa constante do Anexo II [...], adequados às atribuições do Cargo/Especialidade para o qual o candidato se inscreveu. 9.3 A Prova Discursiva-Estudo de Caso destinar-se-á a avaliar o domínio de conteúdo dos temas abordados, a experiência prévia do candidato e sua adequabilidade quanto às atribuições do cargo/especialidade, bem como o uso da Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do assunto abordado, avaliando inclusive a correção gramatical, em conformidade com a norma culta. [...] 9.7 A Prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 100,00 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido **nota igual ou superior a 60,00 (sessenta) pontos**. 9.8 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados nas provas. [...] 9.9.1 Serão consideradas como não-escritas as provas ou trechos de provas que forem ilegíveis. 9.10 **Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos:** 9.10.1 fugir ao tema proposto; 9.10.2 apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; 9.10.3 for assinada fora do local apropriado; 9.10.4 apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 9.10.5 estiver em branco; 9.10.6 apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; 9.10.7 não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios definidos pela Banca Examinadora. [...] 9.12 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso, **deverá ser rigorosamente observado o limite mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas para a questão**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova Discursiva-Estudo de Caso. 9.13 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora.

**QUESTÃO 1**

O Estado do Amazonas, por meio de sua Secretaria do Meio Ambiente, outorgou, após regular procedimento licitatório, uma permissão de uso qualificada (pelo prazo de 24 meses) e remunerada à empresa vencedora do certame para a instalação de um trailer de lanche (*Food Truck*) em espaço delimitado na área de uso público de um Parque Estadual, sendo essa a única alternativa para alimentação no local. Após forte tempestade, uma árvore íntegra e sadia caiu atingindo o *Food Truck*, que foi destruído. A empresa ajuizou uma ação de indenização por danos materiais. O Juiz, com fundamento na plausibilidade do direito e no risco de dano irreparável, concedeu a antecipação dos efeitos da tutela, esgotando o provimento jurisdicional. Neste contexto, responda justificadamente ao que se pede:

- A permissão de uso qualificada e remunerada é o instrumento jurídico adequado para este tipo de uso privado do bem público? Justifique.
- No caso concreto, o procedimento licitatório é indispensável? Por quê?
- Quais são os argumentos para contestar a ação ajuizada pela empresa?
- Qual é o recurso cabível contra a decisão do juiz? Discorra, de forma sucinta, sobre os fundamentos que deverão constar na peça.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	



22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO